



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Educação Financeira em três vias: origem e perspectivas no Antropoceno

*Financial Education through three approaches: origins and perspectives in the
Anthropocene*

Adriana de Souza Lima

Doutora em Ensino e História da Matemática e da Física
Secretaria Estadual de Educação – Rio de Janeiro – Brasil
adridlima@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-5970-362X>

Janete Bolite-Frant

Doutora em Educação Matemática
Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil
janetebf@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-4748-0112>

Resumo

Este artigo tem como objetivo identificar perspectivas de Educação Financeira que vêm se destacando em nosso meio. Inicialmente, o estudo percorre a trajetória da Educação Financeira desde a origem até sua inclusão na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com status de tema preferencialmente transversal e obrigatório. Em seguida, são apresentadas três perspectivas: a mercadológica, a matemática e a sociopolítica. Entendendo-se a Educação Financeira, em seu estágio atual, como uma ação de autopreservação e ampliação territorial do capitalismo, este estudo traz também o Antropoceno como pano de fundo das discussões, interpretado mediante a perspectiva do Capitaloceno. Esta pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa para responder à pergunta norteadora: *Que Educação Financeira precisamos construir nas nossas salas de aula?* A pesquisa aponta, entre outras, para a necessidade de reflexão crítica sobre as questões sociais envolvidas, a transgressão das propostas oficiais e a apropriação da Educação Financeira pelo campo educacional.

Palavras-chave: Educação Financeira; Educação Matemática Crítica; Enef; Antropoceno.

Abstract

This article aims to identify perspectives of Financial Education that have been standing out in our context. Initially, the study covers the trajectory of Financial Education from its origins to its

inclusion in the National Common Curricular Base (BNCC) as a preferably cross-cutting and mandatory theme. Next, three perspectives are presented: the market-oriented perspective, the mathematical perspective, and the sociopolitical perspective. Understanding Financial Education, in its current stage, as an action of self-preservation and territorial expansion of capitalism, this study also brings the Anthropocene as the backdrop for discussions, interpreted through the perspective of the Capitalocene. This research uses a qualitative approach to answer the guiding question: What Financial Education do we need to build in our classrooms? The research points, among others, to the need for critical reflection on the social issues involved, the transgression of official proposals and the appropriation of Financial Education by the educational field.

Keywords: Financial Education; Critical Mathematics Education; Enef; Anthropocene.

INTRODUÇÃO

A Educação Financeira parece ter surgido de repente, quase uma fórmula mágica que tem sido apresentada em palestras, cursos, programas de televisão, redes sociais e escolas. Contudo, será que esse surgimento foi tão repentino quanto parece? Por algum tempo, durante a última década, a Educação Financeira foi oferecida como um diferencial, em diversas escolas privadas e por poucos professores nas escolas públicas, mas atualmente se encontra inserida na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com status de tema preferencialmente transversal e obrigatório.

Nessa escalada há uma trajetória, que envolve lutas e tensões - a depender do terreno em que se dão as relações e os atores envolvidos, na qual podemos nos defrontar com perspectivas sobre Educação Financeira bastante discrepantes ou mesmo conflitantes (Mundy, 2008; Britto, 2012; Mori, 2019; Saraiva, 2017; Lima, 2021). Com o objetivo de identificar tais perspectivas e alguns dos terrenos em que se dão essas tensões, iniciamos este trabalho com um breve histórico sobre a origem da Educação Financeira no Brasil, baseando-nos, sobretudo, na revisão dos documentos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), feita por Silva e Powell (2013, 2015), e nos documentos da Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef) (Brasil, 2010a, 2010b, 2010c, 2010d). Em seguida, baseando-nos em uma abordagem qualitativa, relatamos três perspectivas de Educação Financeira, baseadas em três estudos selecionados: mercadológica (Mori, 2019), matemática (Borba; Skovsmose, 2008) e sociopolítica (Saraiva, 2017).

Neste estudo, trazemos como pano de fundo o Antropoceno (Lima, 2021), termo ainda não aprovado oficialmente pelas Ciências Geológicas, mas que reflete a Época em

que estamos vivendo, caracterizada pelo aumento populacional, pelo avanço científico e tecnológico, assim como por intensas transformações no ambiente, no clima e no relevo da Terra. Proposto inicialmente pelos cientistas Crutzen e Stoermer (2000), o termo Antropoceno (*anthropos* = homem, *cenos* = novo período/Idade) coloca o ser humano como uma potente força geológica capaz de promover destruições e transformações globais.

Entretanto, há os que acreditam que há termos mais adequados para intitular essa nova Época. Andreas Malm, por exemplo, argumenta que o termo Antropoceno traz uma limitação ao apresentar apenas uma versão da história humana, responsabilizando toda a humanidade por conduzir o planeta a um destino catastrófico (Lima, 2021). Em vez disso, Malm propõe chamar a nova Época de Capitaloceno, para enfatizar que são o acúmulo de capital e o poder decisório concentrado nas mãos de pequenos grupos privilegiados, e não toda a humanidade, os responsáveis pelos incisivos impactos ambientais e sociais que vivenciamos atualmente (Lima, 2021). Adotar a terminologia do Capitaloceno sugere que é a lógica capitalista a principal causa das mudanças climáticas, da degradação ambiental e da extinção em massa das espécies em nosso planeta. O Antropoceno será abordado neste estudo mediante a perspectiva do Capitaloceno - a contemporaneidade dominada pelo sistema capitalista que tem como um de seus pilares a geração e acumulação de lucro, por meio do domínio e/ou exploração de territórios, estes entendidos como como espaços, corpos, mentes e culturas.

Além desta introdução, este estudo está dividido em quatro partes, nas quais lançamos um olhar para o passado (*De onde vens?*), ponderamos sobre o presente (*Por onde andas?*) e tentamos vislumbrar um futuro (*Por onde irás?*) para o ensino da Educação Financeira. Concluímos, tecendo algumas reflexões e considerações orientados pela pergunta norteadora: *Que Educação Financeira precisamos construir nas nossas salas de aula?*

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: DE ONDE VENS?

A partir do interesse, dos países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em educar financeiramente seus cidadãos, foi desenvolvido um projeto intitulado *Financial Education Project*, com o objetivo de mapear pesquisas e programas de Educação Financeira em seus referidos países. No

biênio 2003-2004, época do desenvolvimento desse projeto, a OCDE contava com 34 países membros. Sediada na França e fundada em 1961, atualmente a organização conta com 35 países que se reúnem para alinhar políticas que impulsionem o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países-membros. Embora não seja um país-membro, o Brasil mantém relações de cooperação desde os anos 1990 e é considerado um parceiro-chave desde 2012. Em 2018, encaminhou pedido formal de adesão, dando assim, início ao seu processo de acesso à OCDE, o qual encontra-se em andamento.

Segundo Silva e Powell (2015), como parte do desenvolvimento do *Financial Education Project*, foi realizado o primeiro grande estudo relacionado ao tema a nível internacional, que contou com duas etapas, uma com foco na população em geral e a outra, nas escolas e universidades. Tal iniciativa gerou quatro documentos que foram revisados por Silva e Powell (2013, 2015), sobre os quais evidenciamos alguns pontos a seguir. É importante ressaltar que o exposto a partir de tal revisão não refletirá a nossa opinião, nem a dos autores aos quais referenciamos. Nosso objetivo nesta seção é trazer a perspectiva da OCDE, a partir dos estudos realizados pela própria organização. Mais à frente refletiremos sobre essa perspectiva e seus aspectos. Neste ponto, também prevenimos o leitor quanto à aparição de termos como *situações de vulnerabilidade*, *inclusão* e *exclusão*, por exemplo, que ganham interpretações e significados muito específicos dentro da perspectiva da OCDE, os quais são diferentes dos que costumamos atribuir no campo educacional. Para perceber minimamente como se dão as ações e interesses da referida organização, é necessário buscar compreender seus entendimentos acerca de tais termos e questões a eles relacionadas.

O primeiro dos documentos analisados por Silva e Powell (2015), *Melhoria da Literacia Financeira: Análise de Questões e Políticas* (OECD, 2005a), constitui-se um relatório que identificou *situações de vulnerabilidade*, para as quais os governantes deveriam voltar sua atenção: (a) a aposentadoria dos trabalhadores; (b) o endividamento dos jovens e (c) a *exclusão* do sistema financeiro de pessoas de baixa renda e de analfabetos financeiros. Esse estudo da OCDE detectou, entre os participantes, um perfil de consumidor que acreditava ter mais conhecimento do que conseguia demonstrar, ao mesmo tempo em que tal indivíduo teria revelado dificuldades para compreender e acessar informações financeiras. O relatório menciona que a importância do tema seria em decorrência da “evolução e sofisticação dos mercados financeiros e das mudanças

demográficas, econômicas e políticas dos últimos tempos”, levando-se em conta o “baixo nível de conhecimento financeiro dos consumidores”, “o aumento e a complexidade dos produtos financeiros” e “o aumento da expectativa de vida das pessoas e as mudanças no regime de pensão” (Silva; Powell, 2015, p. 6). Segundo os autores, o fato não está explícito nos relatórios, mas estes sugerem que a Educação Financeira seria benéfica não somente para as pessoas, como também para a economia dos países.

O segundo documento produzido, *Recomendações sobre Princípios e Boas Práticas para a Educação e Conscientização Financeira* (OECD, 2005b), foi publicado para orientar as iniciativas governamentais, com a recomendação de que a Educação Financeira deveria começar na escola, o quanto antes, e sugerindo especial atenção com a formação dos responsáveis pela capacitação dos educadores. Segundo Silva e Powell (2013), em muitos países, o conteúdo a ser discutido na escola, assim como os formadores dos educadores, estariam vinculados a instituições financeiras, e não a instituições educacionais. Esse estudo traz uma definição de Educação Financeira que foi utilizada por alguns países, como Espanha e Brasil, para elaborarem suas próprias propostas sobre o tema (BRITTO, 2012).

Educação Financeira é o processo pelo qual os consumidores financeiros/investidores melhoram a sua compreensão sobre os conceitos e produtos financeiros e, através da informação, instrução e/ou aconselhamento objetivos, desenvolvem as habilidades e a confiança para tomar consciência de riscos e oportunidades financeiras, para fazer escolhas informadas, saber onde buscar ajuda e tomar outras medidas eficazes para melhorar a sua proteção e o seu bem-estar financeiro. (OECD, 2005b, apud Silva; Powell, 2013, p. 3)

O terceiro documento, *Programas de Educação Financeira nas Escolas: Análise de Programas Seleccionados Atuais e Literatura, Recomendações Preliminares de Melhores Práticas* (Mundy, 2008), traz uma análise dos programas e das pesquisas sobre a eficácia das iniciativas de Educação Financeira para crianças e adolescentes, elencando os motivos pelos quais tal tema deveria ser oferecido nas escolas. Entre os argumentos, apresenta como alvo das campanhas publicitárias, as crianças e os jovens, que, como consumidores ativos, estariam sendo levados à tomada de decisões financeiras cada vez mais cedo, sem que as famílias tivessem conhecimento ou condições para orientá-los.

Para atender a essa demanda, o estudo aponta que a escola seria o lugar ideal para se educar financeiramente quase que a totalidade da população, pois considera que o público em idade escolar seria bem mais receptivo à educação do que os adultos. Nesse relatório a OCDE não se posiciona, mas relata o que foi apurado nos países pesquisados

e apresenta outras questões consideradas importantes, tais como, a necessidade de se conseguir espaço no currículo escolar, a forma como o assunto poderia ser tratado para envolver os alunos, se a Educação Financeira deveria ser obrigatória ou eletiva, e se deveria ser uma disciplina autônoma ou fazer parte de uma disciplina já existente (Silva; Powell, 2013).

Para Silva e Powell (2013), ficou evidente, nesse relatório, que, para que a OCDE proponha ações e cumpra a meta de orientar seus países-membros, há um forte empenho em avaliar/medir o impacto dos programas e o conhecimento dos estudantes. A concretização de um desses instrumentos é a realização da prova de Letramento Financeiro no PISA (*Programme for International Student Assessment*), uma avaliação trienal em larga escala promovida pela OCDE, que afere o desempenho dos estudantes na faixa dos 15 anos, em três domínios principais (Leitura, Matemática, Ciências) e em três domínios inovadores (Resolução de Problemas, Letramento Financeiro e Competência Global) (Lima; Bolite-FranT, 2020).

O quarto documento analisado, *Diretrizes para a Educação Financeira na Escola e Orientação sobre o Quadro de Aprendizagem* (OECD/INFE, 2011), vem com o propósito de “oferecer orientações gerais aos decisores políticos dos países participantes para a introdução e desenvolvimento de programas eficientes de Educação Financeira nas escolas” (Silva; Powell, 2015, p. 12). Nesse estudo, os especialistas foram mais incisivos sobre a inclusão da Educação Financeira no currículo escolar oficial e afirmaram a importância de ser aplicável a programas escolares do jardim da infância até o final do ensino oficial (Silva; Powell, 2015). Tal ideia é percebida como a maneira mais eficiente de se levar o assunto, em larga escala, a toda uma geração de jovens e crianças, além de ser um caminho para incutir e fomentar comportamentos e uma cultura financeira mais sólida entre os estudantes.

O breve olhar sobre esses quatro documentos nos dá uma ideia da perspectiva de Educação Financeira que a OCDE possui. Concordamos com Silva e Powell (2015, p. 17) quando concluem que “a leitura das propostas da OCDE sugere que a concepção expressa nos documentos entende a Educação Financeira como sinônimo de educar os estudantes em finanças pessoais”. Entendemos, que essa concepção individualista, com foco na orientação de condutas, também perpassa os documentos produzidos no Brasil,

os quais embasaram o lançamento de nossa própria estratégia nacional (Brasil, 2010a, 2010b, 2010c, 2010d).

A ação brasileira de Educação Financeira, intitulada de Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), foi instituída como política pública pelo Governo Federal brasileiro por meio do Decreto-lei nº 7.397/2010 (Brasil, 2010b), em caráter permanente e transversal, com vistas a promover e fomentar a Educação Financeira em todo o território nacional. Sua instituição tinha como finalidade, alcançar os seguintes objetivos:

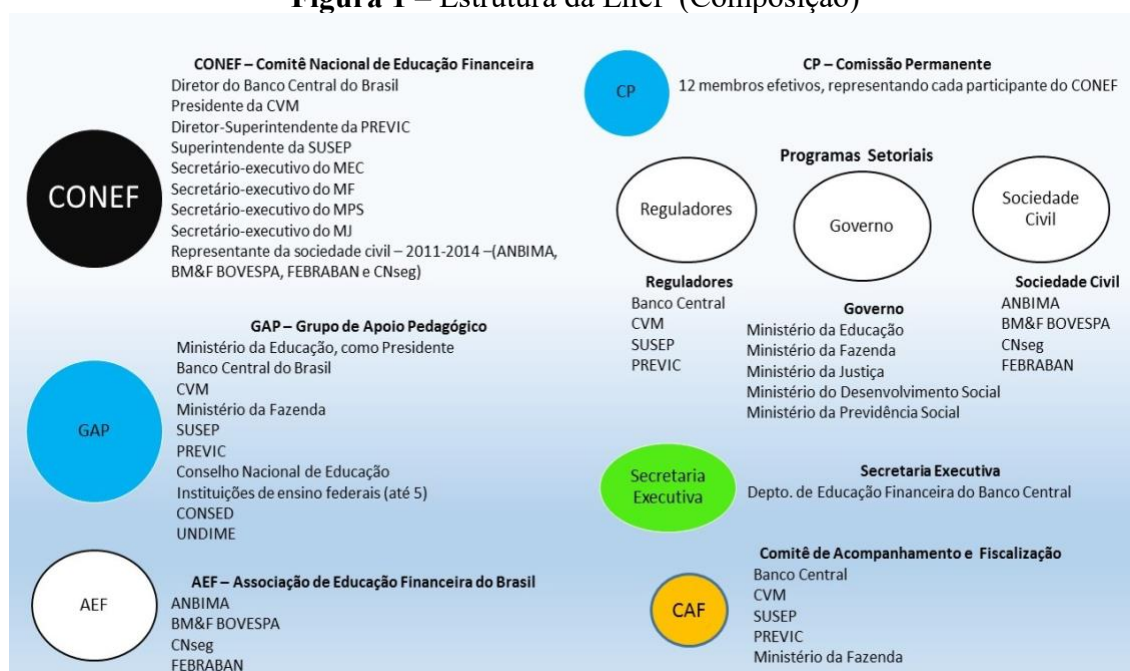
promover e fomentar a cultura de educação financeira no país; ampliar a compreensão do cidadão para efetuar escolhas conscientes relativas à administração de seus recursos; e contribuir para eficiência e solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e capitalização. (Brasil, 2010c, p.20)

Esses objetivos são condizentes com a definição de Educação Financeira, já mencionada neste texto, contida no documento *Recomendações sobre Princípios e Boas Práticas para a Educação e Conscientização Financeira* (OECD, 2005b), e demais orientações que sugerem, entre outras, a geração de benefícios tanto para o indivíduo quanto para a economia do país (Silva; Powell, 2015; OECD, 2005a). Objetivos tais, bastante questionáveis, por motivos que mencionaremos mais adiante.

A composição inicial da Enef teve como base a formação do Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef), previsto pelo mesmo decreto que a instituiu (BRASIL, 2010b), de acordo com a seguinte estrutura (Figura 1):

Reguladores e Governo (8 órgãos ou entidades do governo): Banco Central do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Ministérios da Fazenda (MF), Educação (MEC), Justiça (MJ) e Previdência Social (MPAS).

Sociedade Civil (4 entidades): Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), a principal bolsa de valores brasileira (na época, BM&FBOVESPA), a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg).

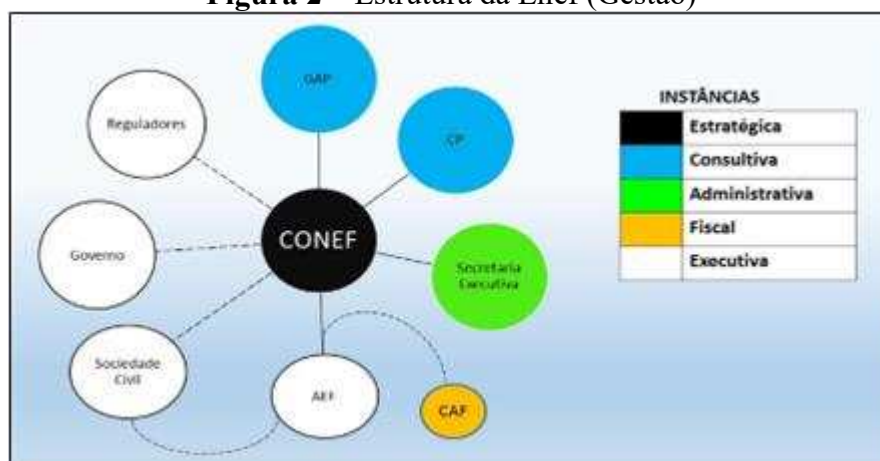
Figura 1 – Estrutura da Enef (Composição)

Fonte: Lima (2016, p.60)

Na composição dessa estrutura, os mecanismos de governança da Enef (Figura 2) abrangiam cinco diferentes instâncias (a estratégica, a consultiva, a administrativa, a fiscal e a executiva) e contavam, entre outros, com a colaboração do Grupo de Apoio Pedagógico (GAP), da Comissão Permanente (CP), do Comitê de Acompanhamento e Fiscalização (CAF) e da Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil).

Entre essas instâncias, a incisiva atuação do GAP, com o apoio da AEF-Brasil, em conjunto com o Conef, fomentou ações e envidou esforços decisivos para inserir a Educação Financeira na BNCC. Esta atuação pode ser entendida como resultado das orientações gerais dadas aos decisores políticos para inserção de programas de Educação Financeira nas escolas (Silva; Powell, 2015; OECD/INFE, 2011), conforme referenciamos anteriormente.

A AEF-Brasil foi uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) fundada pela Anbima, Febraban, CNSeg e BM&FBOVESPA. Até encerrar suas atividades, em abril de 2021, a associação foi a responsável pelas iniciativas transversais da Enef e pela coordenação do Programa Educação Financeira nas Escolas, assim como pela captação de fundos e desenvolvimento de conteúdos e tecnologias sociais, tendo como missão fomentar a Educação Financeira no Brasil (Lima, 2016).

Figura 2 – Estrutura da Enef (Gestão)

Fonte: Lima (2016, p.60)

O GAP, relacionado à ação pedagógica, foi instituído no âmbito do então Ministério da Fazenda e possuía representantes de diferentes órgãos e/ou entidades, relacionados a seguir:

- I - Ministério da Educação, que o presidirá;
 - II - Banco Central do Brasil;
 - III - Comissão de Valores Mobiliários;
 - IV - Ministério da Fazenda;
 - V - Superintendência de Seguros Privados;
 - VI - Superintendência Nacional de Previdência Complementar;
 - VII - Conselho Nacional de Educação; e
 - VIII - instituições federais de ensino indicadas pelo Ministério da Educação, até o limite de cinco, no máximo de uma por região geográfica do País.
- § 1º O Conselho Nacional de Secretários de Educação e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação serão convidados a integrar o GAP.
- § 2º O Ministério da Educação exercerá a secretaria-executiva do GAP, ao qual prestará o apoio administrativo necessário. (Brasil, 2010b)

Desse modo, é possível perceber, de acordo com o texto do Decreto-lei nº 7.397/2010, que era assegurada uma relevante participação de representantes da Educação na composição da estratégia brasileira. A Enef possuía então, uma gestão centralizada, com uma estrutura de política pública de execução descentralizada, cujo objetivo seria “garantir consistência metodológica entre programas e ações, evitando o uso da educação financeira como ferramenta de marketing ou venda disfarçada de produtos e serviços financeiros” (Brasil, 2010a, p.10).

Em sua composição original a Enef contava com uma estrutura extensa, organizada de forma a alcançar seu amplo público-alvo: crianças, jovens e adultos. Segundo seu documento de implementação (Brasil, 2010a, p.12), jovens e crianças seriam atendidos primeiro e “depois, considerando um critério de vulnerabilidade e urgência,

adultos, divididos em (i) *mulheres assistidas pela Bolsa Família* e (ii) *aposentados*, esses últimos extremamente suscetíveis a superendividamento”. Em sua base metodológica (Brasil, 2010d), a Enef previa também que o principal meio de atingir as crianças e os jovens seria por meio das redes de ensino, conforme explícita orientação da OCDE no documento *Programas de Educação Financeira nas Escolas* (Mundy, 2008).

O modelo conceitual da Enef é apresentado no documento *Orientação para Educação Financeira nas Escolas* (Brasil, 2010d) que, em linhas gerais, deveria nortear o processo como a Educação Financeira seria apresentada e ensinada nas escolas de nosso país. Sua execução se iniciou com a implementação do Projeto Piloto em seis unidades da federação.

Como parte da Enef nas escolas, previu-se a elaboração de materiais didáticos sobre educação financeira [EF] por educadores para cada nível da Educação Básica. O Ensino Médio foi o primeiro nível a ter seus materiais preparados, os quais, em uma parceria com o Banco Mundial, foram implantados e avaliados através do Projeto Piloto (PP) de EF nas escolas. O Projeto durou 3 semestres, de agosto de 2010 a dezembro de 2011 e incluiu o treinamento de 1200 professores das escolas escolhidas e workshops para os responsáveis dos alunos envolvidos no PP. Compreendeu 891 escolas e cerca de 27000 alunos de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Tocantins, Minas Gerais e Distrito Federal. (Lima, 2016)

Nessa dinâmica de implantação da Enef, evidenciam-se dois pontos, a elaboração de *materiais instrucionais* e o *treinamento* dado aos professores. Esses *materiais instrucionais* foram elaborados por agentes externos ao contexto da sala de aula que, no Projeto Piloto, vieram acompanhados de *treinamento*, e não, da *formação* dos professores.

A estrutura da Enef (Figuras 1, 2), aqui apresentada, foi a que prevaleceu por cerca de dez anos, até a publicação do Decreto-lei nº 10.393/2020, que está atualmente em vigor e que, entre outras ações, revogou a garantia de gratuidade das ações de Educação Financeira e estabeleceu uma nova governança, o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), composto apenas por membros e entidades públicas (Lima, 2021). Esse novo decreto foi publicado em plena pandemia da covid-19, em 2020. No momento, final de 2023, estamos em compasso de espera. Em virtude das últimas eleições presidenciais, é possível que alguns direcionamentos possam ser alterados.

Uma vez percorrido seu caminho, nesta seção, da origem até a instituição da Enef no Brasil, convém, em seguida, refletir sobre algumas das formas como a Educação Financeira vem ganhando espaço no Antropoceno.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: POR ONDE ANDAS?

Esta pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa (GIL, 2010) por se tratar de uma investigação baseada em nossas interpretações a respeito do material acadêmico lido pela primeira autora deste artigo, durante sua participação na disciplina *Educação Financeira numa perspectiva crítica*, ministrada pelo Prof. Dr. Lucas Carato Mazzi na Universidade Estadual Paulista (Unesp - Rio Claro), em 2020.

Ao longo dos estudos, cada material foi sendo identificado a partir do critério de estar de acordo, ou não, com as propostas oficiais de Educação Financeira. Esse foi um critério bastante objetivo porque se baseou no que os próprios autores relatavam, das definições que apresentavam ou da fundamentação utilizada. Separados em dois grupos, percebemos que os trabalhos que tinham foco nas atividades de Matemática destoavam dos demais.

Ao criarmos um terceiro grupo, o da Matemática, foi possível perceber uma predominância de temas relacionados a questões sociais e estruturais em um dos demais grupos, e assuntos referentes a finanças pessoais e orientações financeiras, em outro. Ao analisarmos cada grupo, separadamente, identificamos características comuns nos modos de comunicar. O resultado será apresentado, tomando como referência, um texto representativo que condensa, em seu corpo, as características observadas em cada grupo.

Para apresentar elementos que nos ajudem na composição de um panorama das bases sobre as quais a Educação Financeira vem se desenvolvendo, traremos à apreciação as três vias de reflexão que identificamos, as quais poderão contribuir para enriquecer as discussões. Não é nossa intenção que essas vias - mercadológica, matemática e sociopolítica - formem um sistema classificatório, sugerindo-se que a Educação Financeira não seja atravessada por tantos outros aspectos e contextos presentes no Antropoceno.

O Antropoceno, mediante a perspectiva do Capitaloceno, é esta Época em que vivemos na qual a atividade humana é impulsionada pelo sistema capitalista e pelo mercado financeiro global, que incentivam a exploração irrestrita dos recursos naturais e da atividade laboral, levando à devastação ambiental, ao desequilíbrio climático e ao alargamento da desigualdade social. As vias aqui apresentadas são apenas uma forma de organização e agrupamento de ideias, de modo a evidenciar as principais preocupações e

intenções que cada uma delas nos comunica, ao trazerem traços de perspectivas comumente perceptíveis e disseminadas em diversos trabalhos de Educação Financeira.

Por uma via mercadológica

Nesta seção, debruçamo-nos sobre o artigo *Educação Financeira: desafios e oportunidades* (Mori, 2019, tradução nossa), em busca de elementos para compor o que poderíamos chamar de uma visão mercadológica de Educação Financeira – uma visão que favorece, sobretudo, a devoção ao lucro, à acumulação e às atividades econômicas, ainda que essas práticas esgotem o planeta e ameacem a sobrevivência das diversas formas de vida na Terra. O texto de Margherita Mori é um artigo teórico que adota o conceito de Educação Financeira definido pela OCDE (OECD, 2005a) e pretende contribuir para o debate sobre Educação Financeira no âmbito do desenvolvimento sustentável, uma vez que literacia financeira e competência financeira, nas palavras da autora, seriam fundamentais e necessárias no combate à *exclusão*.

Antes de continuarmos, é preciso esclarecer que os *excluídos* para Mori (2019) são os *unbankeds* e os *underbankeds*. Os *unbankeds* seriam os excluídos do sistema financeiro que não têm uma conta corrente e os *underbankeds*, aqueles que, tendo uma conta corrente, não utilizariam satisfatoriamente (do ponto de vista dos bancos) os serviços oferecidos pelo sistema bancário. Para a autora, promover o desenvolvimento da literacia e da competência financeiras seria crucial para o combate a esse conceito de *exclusão*.

Mori (2019) justifica a necessidade de se educar financeiramente os cidadãos como sendo uma demanda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) contidos na *Agenda de Desenvolvimento Sustentável*, ou simplesmente *Agenda 2030* (UN, 2015), adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). A autora se refere, especificamente, aos objetivos 4, 8, 9 e 11.

Não constam do artigo de Mori, que aqui expomos, mas ao recorrermos ao site da ONU, é possível conhecer os dezessete ODS que integram a *Agenda 2030*, a qual, em seu preâmbulo, é definida como “um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para prosperidade”, reconhecendo que “a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito

indispensável para o desenvolvimento sustentável” (UN, 2015, n.p.). De acordo com o site, temos assim descritos os ODS citados por Mori, os quais justificariam a necessidade de implantação da Educação Financeira:

- Objetivo 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- Objetivo 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
- Objetivo 9 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
- Objetivo 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. (UN, 2015, n.p.)

Uma rápida olhada na *Agenda 2030*, seria o suficiente, segundo Mori, para compreender a relevância de se trabalhar pela *inclusão financeira*. Após essa justificativa, o foco da autora passa a ser dedicado aos segmentos do sistema financeiro que deveriam estar envolvidos na promoção da Educação Financeira. Ela apresenta a ideia, cada vez mais compartilhada no Antropoceno, de que o sistema financeiro passe a ser mais *inclusivo* em todo o mundo, intensificando o alcance aos grupos marginalizados e às empresas que se encontram na base da pirâmide econômica, começando pelas de menor tamanho. Para atingir tal objetivo, o conjunto de ferramentas estratégicas a serem usadas incluiria a extensão dos serviços de poupança, crédito, seguro e pagamento, principalmente quando a quantidade de dinheiro envolvida é relativamente pequena (Mori, 2019). Os intermediários financeiros, como empresas de microcrédito e bancos, teriam um papel central na melhoria de acesso aos serviços, ressaltando-se, nesse caso, a importância do papel da tecnologia e da Inteligência Artificial.

Seria um esforço conjunto no sentido de atender às *necessidades emergentes*, no que se refere ao atendimento aos grupos historicamente marginalizados. Uma das estratégias seria melhorar o atendimento a pessoas sub atendidas pelo sistema financeiro: aposentados e idosos; comunidades rurais; imigrantes e refugiados; indivíduos que não são elegíveis para contas correntes padronizadas ou que não podem usar suas contas existentes devido a dificuldades financeiras. O foco de ação para esses grupos marginalizados seriam as *mulheres*.

Outra estratégia para atendimento às *necessidades emergentes* seria o investimento em capital intangível, que basicamente se traduz como investimento em Educação Financeira. Em seu artigo, na seção intitulada *Literacia financeira como uma habilidade para a vida* (*Financial literacy as a life skill*, tradução nossa), Mori (2019)

traz alguns conselhos e justificativas para o investimento em Educação. Para ela, projetos específicos de Educação Financeira deveriam ser direcionados às crianças, com base na gamificação. Por outro lado, espera que a aprendizagem ao longo da vida e a educação a distância melhorem a competência financeira e o bem-estar dos adultos. A autora complementa que especial atenção deveria ser dada para tornar a Educação Financeira eficaz, o que, para ela, implicaria educadores bem *treinados*, materiais de programas testados, *instrução* oportuna, abordagem de assuntos relevantes e acompanhamento da evidência de impacto. Um posicionamento tal, que coincide com as orientações da OCDE vistas na seção anterior deste estudo, como parte da dinâmica de implantação da Enef.

Em suas argumentações sobre o mundo do trabalho, Mori aponta os possíveis benefícios que a Educação Financeira poderia trazer aos empregadores. Além da redução do estresse financeiro dos funcionários, a ação resultaria “em aumento de produtividade, bem como em absenteísmo e rotatividade reduzidos, maior envolvimento e satisfação no trabalho, menos pedidos de aumentos salariais e custos de saúde mais baixos” (Mori, 2019, p. 13, tradução nossa).

Esses argumentos que apontam para obtenção de lucro decorrente da exploração laboral e do baixo custo com a mão de obra, parecem se afastar do plano de prosperidade e erradicação da pobreza, requisitos estes, indispensáveis para os ODS, postulados na definição da *Agenda 2030*. Esta constatação nos deixa diante de uma Educação Financeira que traz contradições, ao ser entendida por Mori tanto como fator de lucro e produtividade para os empresários, quanto como fator de redução de desigualdade social: “os jovens em sua transição para o mercado de trabalho podem se enquadrar na promoção da educação financeira, que pode ser considerada o melhor fator para acabar com a desigualdade e buscar o desenvolvimento sustentável” (Mori, 2019, p. 13, tradução nossa).

A atuação na Educação formal, vista como valioso capital intangível, seria a mais importante entre as estratégias de Educação Financeira, a qual desempenharia um papel cada vez mais relevante diante do combate à exclusão financeira (Mori, 2019). Esse combate se daria por meio da literacia financeira, competência, capacidade e bem-estar, que segundo a autora, estaria não apenas a serviço do mercado, mas da sociedade em geral. O argumento deixa evidente o quanto a atuação nas escolas é crucial para a preservação da estrutura do sistema capitalista e para sua ampliação territorial.

Como poucos, Mori expõe de forma explícita, os interesses do pensamento neoliberal capilarizados nesse movimento global em torno da Educação Financeira orientada pela perspectiva da OCDE, revelando com nitidez um dos muitos retratos do Antropoceno. Em seu texto são trazidos entendimentos que, no campo educacional, diferem em larga medida do que ela assume, como os conceitos de *vulnerabilidade*, *inclusão*, *exclusão* e Educação. Nesses termos, *educar financeiramente e trabalhar pela inclusão dos cidadãos* pode significar *treinar pessoas para se contentarem com o salário que recebem, para consumirem produtos financeiros, para utilizarem satisfatoriamente os serviços bancários* etc. Desse modo, associar a Educação Financeira ao conhecimento matemático e às suas características, poderia contribuir para a naturalização e fortalecimento dessa perspectiva, que se beneficiaria, como pontuaremos a seguir, da *ideologia da certeza* e do status ocupado pela Matemática na nossa sociedade.

Por uma via matemática

Nesta via queremos destacar um ponto que consideramos central ao se abordar a Educação Financeira: sua associação com a Matemática. Ao olharmos para nossa realidade factual podemos perceber o quanto nosso modo de vida no Antropoceno, com seus avanços científicos, modelos econômicos e aparatos tecnológicos, é apoiado e formatado (Borba; Skovsmose, 2008) pela Matemática. Quando nos referimos ao conhecimento matemático e ao seu status de linguagem de poder, também não podemos desconsiderar que determinadas hierarquias estabelecidas só são possíveis em função da concepção de mundo que temos coletivamente.

A ciência moderna tem a matemática como linguagem suprema (Koyré, A. 2006), mas somente a partir de determinada concepção de mundo é que a matemática poderá ocupar tal lugar neste. Este mundo não pode ser o mundo aristotélico, já que o mundo de Aristóteles seria um mundo impreciso e qualitativo, o que inviabilizaria seu entendimento a partir da matemática. O platonismo antigo também não se harmoniza com esta proposta na medida em que a realidade seria uma cópia das figuras geométricas, porém uma cópia imperfeita. Galileu parte das idéias [sic] de Platão, mas as ultrapassa ao extinguir a distância entre as figuras geométricas e o mundo real afirmando que Deus construiu o mundo em linguagem matemática. (Cougo; TfounI, 2011, p.1172)

Ao *colar* o mundo das ideias à realidade factual do nosso mundo, eliminando a separação entre eles, Galileu contribuiu para elevar a Matemática à categoria de código

de acesso e chave do saber. Se, conforme Galileu pensava, a Matemática fora utilizada por Deus para criar o universo, saber Matemática corresponderia a se ter acesso a toda criação e, conseqüentemente, às suas leis. A partir dessa específica concepção de mundo, na qual se nomeia a Matemática como princípio da criação do universo, somos induzidos a assumi-la como um conhecimento rigoroso, exato e sobretudo, sem falhas. Essas características ajudam a dotar o conhecimento matemático de uma certa aura de perfeição, estabelecendo-o como fruto de sabedoria divina.

Junto à produção do seu corpo de conhecimento, esse prestígio da Matemática, vinculado à sua condição de linguagem suprema, veio sendo construído e defendido por quase quatro séculos, durante os quais recebeu vários títulos, entre eles, um dos mais conhecidos, cuja autoria é atribuída a Carl Friedrich Gauss (1777-1855), o de *rainha das ciências*. Esse processo de exaltação, que foi se expandindo sorrateiramente ao longo de um extenso percurso histórico e atravessando todo o corpo do conhecimento matemático, desembocou de forma estabelecida no Antropoceno. Acreditando em sua suposta superioridade, acabamos por adotar discursos que moldam a maneira como esse conhecimento é utilizado e divulgado, não só dentro da própria comunidade matemática, como também em outras áreas do conhecimento e na sociedade capitalista.

Desde a infância, principalmente em nossas escolas e veículos de comunicação, as pessoas são levadas a acreditar na Matemática como a palavra final, como suporte e como o argumento definitivo para a confiabilidade em produtos ou técnicas, sugestões políticas e importantes discussões. Tal conjunto de crenças não surge espontaneamente, mas decorre da *ideologia da certeza* que possui sua base resumida em duas ideias: 1) *Perfeição*: “A matemática é perfeita” e “não pode ser influenciada por nenhum interesse social, político ou ideológico” (Borba; Skovsmose, 2008, p. 130); 2) *Aplicabilidade*: “A matemática é relevante e confiável, porque pode ser aplicada a todos os tipos de problemas reais” (Borba; Skovsmose, 2008, p. 131).

Tais ideias revelam que a Matemática se baseia em uma estrutura axiomática tida como verdadeira, imune às influências humanas e com ampla aplicabilidade. É senso comum: aquilo que foi *matematicamente testado* parece já vir com sua eficácia comprovada para os integrantes da sociedade de consumo, ainda que argumentações ou provas nem tenham sido apresentadas.

Houve um momento em que, por meio de um Projeto de Lei (PL3401/2004), tentou-se atribuir ao Professor de Matemática, a responsabilidade por ministrar o conteúdo de Educação Financeira, reforçando-se a ideia de que Educação Financeira e Matemática Financeira seriam conhecimentos correlatos. Segundo Britto (2012), a tentativa de vinculação da Educação Financeira à disciplina de Matemática seria uma estratégia de legitimação e empoderamento da Educação Financeira por meio da Matemática, valendo-se do status desta última como linguagem de poder.

Nesse sentido, a Educação Financeira contaria também com o amparo da *ideologia da certeza*, assegurando-se assim, a possibilidade de matematização e resolução de todos os problemas relativos ao seu campo de atuação. E mais, orientar a conduta dos cidadãos nas tomadas de decisão, organização de suas contas e manejo de sua renda viria com o selo de garantia de êxito. De *posse* da Educação Financeira, o sucesso das ações, para o alcance da estabilidade financeira, dependeria apenas de empenho e dedicação, enquanto o fracasso seria incompetência e responsabilidade exclusiva do próprio indivíduo.

Tal associação, entre Educação Financeira e Matemática, ajudaria a compor, e seria um reforço crucial, à orientação das condutas dos sujeitos, em consonância com o pensamento neoliberal e a via mercadológica. Este pensamento contribui, não para a formação de indivíduos com entendimento mais amplo do funcionamento da sociedade de consumo e do mundo financeiro, mas para a sua desmobilização, no sentido de aceitarem passivamente a exploração laboral; as reformas governamentais que visam a retirada de direitos; o desmonte de programas de assistência social, entre tantas outras questões coletivas que afligem nossa população nesse cenário antropocênico. Privilegia-se, dessa forma, uma *Educação Financeira de consumidores* em oposição a uma *Educação Financeira de cidadãos*, como apontado por Saraiva (2017) na discussão que trazemos na próxima seção.

Por uma via sociopolítica

A referência, na qual nos basearemos, para nos aproximarmos de uma perspectiva sociopolítica de Educação Financeira é o estudo *Os sujeitos endividados e a Educação Financeira* (Saraiva, 2017), que traz uma análise das propostas de Educação Financeira

de três países diferentes - Estados Unidos, França e Brasil -, com suas respectivas orientações e objetivos.

Inicialmente, o texto de Karla Saraiva pontua três das ações da OCDE que fomentaram a criação das estratégias nacionais nos países citados: o início da mobilização em torno do tema, em 2003; a criação do INFE (*International Network on Financial Education*) no auge da crise da bolha imobiliária dos Estados Unidos, em 2008; e a inclusão da prova de Letramento Financeiro no PISA de 2012. Essas ações sinalizam a preocupação da OCDE em “conduzir as condutas dos indivíduos, de modo a torná-los prudentes no trato com o dinheiro e capazes de assumir a responsabilidade de gerir suas finanças com autonomia, mesmo nas situações mais adversas” (Saraiva, 2017, p.159). Segundo a autora, de acordo com a perspectiva da OCDE, tais habilidades trariam benefícios, não só para o *bem-estar* dos indivíduos, como também para o *funcionamento dos mercados*. Esta é uma orientação recorrente que encontramos na revisão do relatório da OCDE (OECD, 2005a, Silva; Powell, 2015), no texto de Mori (2019) e nos objetivos da Enef (Brasil, 2010c).

Saraiva (2017, p.160-161) acredita que a Educação Financeira seja “uma biopolítica em que o Estado age como um conselheiro para substituir os mecanismos de proteção”, sendo “um complemento às políticas de austeridade características do neoliberalismo” e parte integrante de “um conjunto de estratégias características das sociedades de controle que visam minimizar a força política e maximizar a conformação dos sujeitos às condições sociais sem apelar para os rígidos regulamentos disciplinares”. Como denominado por Foucault, o neoliberalismo é entendido como uma governamentalidade, ou seja, uma “forma de racionalidade política que se atravessa na produção de modos de vida” e que “necessita da produção das desigualdades, porque elas fomentam a competição” (Saraiva, 2017, p.160).

[...] o neoliberalismo, ao mesmo tempo que enfraquece os mecanismos de gerenciamento coletivo do risco (aposentadorias, segurança social, saúde pública etc.), procura instrumentalizar os trabalhadores com um letramento financeiro, supondo que assim possam enfrentar individualmente os riscos e prover suas necessidades. (Saraiva, 2017, p.160)

Saraiva destaca que, além dos estudos não comprovarem efetivamente o impacto do letramento financeiro na melhoria das condições de vida da população, as competências desenvolvidas seriam insuficientes para garantir que as escolhas sejam

realmente acertadas, principalmente, quando dizem respeito a questões bastante recorrentes no modo de vida no Antropoceno e “que fogem ao controle individual: desemprego, baixa renda, discriminação, deficiências educacionais” (Saraiva, 2017, p.161).

Conforme citamos, Saraiva analisa três estratégias nacionais, de diferentes países, em seu estudo. Devido à grande quantidade de material produzido pelas instituições responsáveis pelas ações de Educação Financeira, a autora restringiu sua análise ao conteúdo dos sites *My Money* (Estados Unidos), *La finance pour tous* (França) e *Vida e Dinheiro* (Brasil), voltados para o público em geral e disponibilizados no primeiro quadrimestre de 2017.

A estrutura do site *My Money* segue uma linha individualista de orientação, havendo incentivo para que cada um estude formas de reduzir os descontos de impostos e taxas, sem haver, no entanto, referência ao papel social dos impostos (Saraiva, 2017). Também há uma explícita orientação para que cada um seja gestor de si mesmo, de forma que aceitem suas limitações financeiras e consumam moderadamente, no sentido “não de uma vida sem dívidas, mas com dívidas pelas quais possamos nos responsabilizar” (Saraiva, 2017, p.163). O site traz indícios de que seria voltado para trabalhadores, ao propor discussões sobre contracheques e ao não fornecer formas mais sofisticadas de investimentos, recomendando que, para maximizar o dinheiro poupado, deveria se buscar investi-lo com a ajuda de um conselheiro financeiro qualificado (*coach*). Esta figura vem se tornando cada vez mais popular numa sociedade que estimula seus cidadãos a serem *empresários de si mesmos*.

Saraiva (2017, p.164) entende que o fundamento do *My Money* e o tipo de Educação Financeira que ele deseja proporcionar estão ligados à “produção de um sujeito poupador e bom pagador de suas dívidas, que assumirá individualmente a responsabilidade pelo bom funcionamento de um mercado financeiro fortemente desregulamentado”. O conteúdo do site reforça a produção desses indivíduos prudentes, que honram suas dívidas, poupam e contratam seguros, sendo individualmente responsáveis por sua segurança financeira no presente e no futuro. Este perfil de cidadão contrasta com os sistemas de proteção coletivos que vêm sendo desmontados atualmente.

Não foram encontradas, nesse site, discussões acerca do funcionamento mais amplo da economia e das finanças e dos seus efeitos sociais, em especial, na produção de

desigualdades. Discussões estas, que estão presentes no site francês *La finance pour tous*, uma iniciativa do *Institut pour l'Education Financière du Public* (IEFP), que vem a ser uma associação autorizada pelo Ministério da Educação Nacional. O portal em questão se define como um “site pedagógico das finanças e do dinheiro” (Saraiva, 2017, p. 165), cujos objetivos apresentados visam desenvolver conhecimentos para que o usuário possa gerir seu dinheiro; compreender e escolher os produtos financeiros; e se sentir à vontade em seu cotidiano (Saraiva, 2017). Esse último objetivo diz respeito à compreensão de conceitos como o funcionamento das taxas de juros, de como se dá a produção do lucro ou para que serve um bloco econômico, com o G20 etc., “uma preocupação de fazer compreender os princípios da economia, o que constituiria uma *Educação Financeira do cidadão*” (Saraiva, 2017, p. 166, grifo nosso).

Ao longo de sua análise, a autora não discorre sobre todas as seções contidas no site francês, mas ressalta algumas e vai comparando o site francês com o norte-americano, trazendo mais informações sobre ambos. Sobre o tema consumo, por exemplo, ela observa que

[...] o site My money não tem uma seção sobre consumo, mas sobre gastar dinheiro. [...] As orientações são bastante mecanicistas. Inclusive, existe a sugestão de que se estabeleça um teto de despesas mensais ou semanais e que, ao atingir, não se faça mais nenhuma despesa. Por outro lado, o *La finance pour tous*, ao associar o consumo com a vida familiar, sinaliza um reconhecimento de que o consumo está associado com questões subjetivas e afetivas. [...] o conteúdo é orientado por uma representação de que consumir é parte importante da vida e está ligado ao bem-estar, estando associado com eventos importantes – como a decisão de um casal em viver junto, o nascimento e a criação de filhos, a morte de um familiar – e com situações que envolvem despesas que não são de primeira necessidade, mas que tornam a vida melhor, como férias. (Saraiva, 2017, p. 166-167)

A seção *vida familiar/consumo* do site francês contempla pessoas em situação de fragilidade financeira trazendo informações sobre *auxílios financeiros e sociais*, como o direito a serviços bancários, auxílio para os filhos, redução nas tarifas de gás e energia, auxílio moradia, bolsas de estudo, seguro saúde, programas de renda mínima e garantias trabalhistas (Saraiva, 2017). Embora, nos Estados Unidos, existam ações similares, não há qualquer menção sobre programas sociais ou políticas de transferência de renda no site *My Money*, o que consolida, mais uma vez, “a ideia de uma Educação Financeira voltada para a individualização de responsabilidades” (Saraiva, 2017, p. 167).

O site brasileiro, por sua vez, é um produto integrante da estratégia brasileira de Educação Financeira, a Enef, e até 2021, o portal se manteve sob administração da AEF-

Brasil. Na época da análise, o conteúdo do site *Vida e Dinheiro*, era diretamente associado a escolhas e ações individuais, sem traços de uma preocupação em introduzir os cidadãos em problematizações mais amplas sobre as finanças e o funcionamento do mercado. Na aba do site intitulada *Educação Financeira*, consta que “adotar decisões de crédito, investimento, proteção, consumo e planejamento que proporcionem uma vida financeira mais sustentável gera impactos não só na vida de cada um, como também no futuro do nosso país” (Saraiva, 2017, p.169-170), reforçando a ideia contida nos objetivos da Enef (Brasil, 2010c), de que o funcionamento do mercado e do país dependeriam também de decisões individuais.

De um modo geral, Saraiva conclui que a Educação Financeira desenvolvida por meio do site brasileiro é uma *Educação Financeira de consumidores*, um modelo individualizante que “permite a reinterpretação da exploração da classe trabalhadora, neutralizando sua força política e minando sua capacidade de resistir e de formular alternativas ao projeto neoliberal” (Saraiva, 2017, p.160).

Pelas discussões e análises trazidas, é possível perceber que a Educação Financeira, oferecida pelos três sites, é apresentada por meio de modelos distintos. De acordo com a autora, o site brasileiro *Vida e Dinheiro* vem com orientações que mais se aproximam do site norte-americano do que do site francês. Enquanto os sites *My Money* e *Vida e Dinheiro* apresentam um modelo individualizante e são orientados para uma adaptação dos indivíduos ao capitalismo financeiro, o *La Finance pour tous*, embora traga orientações individuais, busca não apenas adaptar, “mas criar condições para a compreensão do funcionamento e dos efeitos das finanças” (Saraiva, 2017, p.168).

A diferença nas perspectivas de Educação Financeira é assim entendida pela autora:

creio que seja importante notar que o *La finance pour tous* é mantido por uma associação que tem autorização concedida pelo Ministério da Educação, conferindo, [...], certo protagonismo para a área educacional na formulação das políticas e estratégias da Educação Financeira. [...] Os sites de Educação Financeira dos Estados Unidos e do Brasil foram construídos sem um envolvimento mais pronunciado de setores educacionais, havendo, portanto, a tendência de que funcionem como estritas ferramentas para a condução das condutas dos sujeitos no sentido de aceitar e adaptar-se ao atual capitalismo financeiro. (Saraiva, 2017, p.169)

Partindo desse entendimento, Saraiva (2017) sugere que a Educação Financeira no Brasil seja reconfigurada para uma *Educação Financeira de cidadãos*, no sentido de deslocar o protagonismo das instituições financeiras e promover sua reapropriação pelo

campo educacional. O foco deveria ser, não as finanças, mas a compreensão da economia da dívida e de sua política de assujeitamento, promovendo o “senso crítico em relação ao funcionamento do mundo contemporâneo” (Saraiva, 2017, p.171) e proporcionando um letramento financeiro que desenvolva habilidades para além do entendimento do funcionamento das taxas e dos juros, fazendo com que

[...] entendamos nossa responsabilidade pelo risco econômico criado socialmente, de modo que possamos agir com responsabilidade e tornarmos-nos responsáveis pelos efeitos de nossas ações coletivas como consumidores e como produtores [...]. Estes efeitos ultrapassam a atual crise financeira e incluem efeitos que também estão presentes em tempos de crescimento (desemprego estrutural, pobreza, expectativa de vida encurtada, fome, ...) e que requerem, ao invés de respostas individuais, respostas coletivas. (Arthur, 2012, p. xiii-xiv, apud Saraiva, 2017, p. 171)

A autora ressalta ainda que, no “momento em que as finanças têm importância crescente no capitalismo, entender esses processos é parte fundamental para a participação política” (Saraiva, 2017, p. 171). Em contraposição às ideias de Mori (2019) e à perspectiva de Educação Financeira que vem sendo disseminada pela OCDE, a análise feita por Saraiva nos aponta como caminho a construção de uma Educação Financeira reconfigurada e apropriada pelo campo educacional. Dessa necessidade, ao ponderarmos sobre o estágio atual da Educação Financeira em nosso país, concomitantemente, tentaremos vislumbrar um futuro para esse conhecimento que estamos trabalhando para construir.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: POR ONDE IRÁS?

Relatos esparsos e divulgações de algumas experiências são as informações que têm nos chegado sobre como a Educação Financeira vem sendo ensinada nas escolas brasileiras. Na rede particular tem sido comum a contratação de professores de Matemática para lecionar Educação Financeira como disciplina autônoma na Educação Básica, havendo casos em que os docentes são contratados especificamente para ensinar investimentos e finanças pessoais no Ensino Médio.

Na rede pública temos o caso da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ), em que, para completar sua carga horária, o professor, não importando a área, pode escolher lecionar Educação Financeira como disciplina eletiva para os alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental, sem que o docente tenha passado por uma formação prévia sobre o tema. Em relação à formação, essa condição se repete na

Secretaria Estadual de Educação do mesmo estado (SEEDUC-RJ), sendo que o tema fica a cargo de cada professor trabalhá-lo, transversalmente, em suas respectivas disciplinas. As escolas da Prefeitura de Joinville (SC) seguem o modelo conceitual da Enef, em que os professores, tanto dos Anos Iniciais quanto dos Anos Finais, passaram por um curso ministrado pela AEF-Brasil.

Nessa breve descrição temos cinco diferentes maneiras de lidar com o ensino dessa temática, mas a falta de formação específica se sobressai entre elas. Não temos ainda um estudo sistemático que nos situe quanto ao que vem sendo feito nas salas de aula. Embora tenhamos uma BNCC, ela é recente e aponta para uma linha conteudista, deixando lacunas que parecem reforçar a associação entre a Educação Financeira e a Matemática Financeira, uma vez que “o documento curricular do Ensino Fundamental de Matemática é o único onde há a incorporação explícita do termo *Educação Financeira* nas competências específicas da disciplina” (Lima, 2021, grifo da autora).

Nesse direcionamento explícito, em Matemática, há uma predominância do conteúdo de porcentagem. Em outras áreas do conhecimento, em pesquisa realizada por Melo, Vieira, Azevedo e Pessoa (2021), encontramos diversas possibilidades de trabalho com a Educação Financeira em todas as áreas do conhecimento e em quase todos os componentes curriculares, inclusive no Ensino Religioso (exceto Língua Inglesa). Entretanto, essa relação entre as habilidades e a Educação Financeira não está explícita, é conjectura dos pesquisadores de Educação Financeira, portanto, talvez fique difícil para o professor, sem formação específica e por si só, fazer essas relações.

Externamente ao sistema formal de Educação, uma corrente que vem se espalhando nas mídias e redes sociais é uma espécie de Educação Financeira que muito se aproxima da perspectiva mercadológica, relacionada às ideias disseminadas pela OCDE. Essa perspectiva vem se popularizando principalmente por meio de *influencers* e *coaches* que costumam divulgar regras e orientações para que o indivíduo alcance sua independência financeira, algo que, segundo eles, só dependeria de foco e determinação pessoal. Tais figuras se multiplicam tornando-se difícil saber em quem confiar nessa seara. Por isso não surpreende, mas impressiona, a profusão de esquemas fraudulentos que atraem e lesam incautos, como foram os casos do Faraó e do Sheik dos Bitcoins (Fantástico, 2022) e da Trust Investing (Torres, 2022), só para citar três dos esquemas que movimentaram bilhões de reais e lesaram milhares de pessoas recentemente.

Por outro lado, a construção de uma via sociopolítica de Educação Financeira vem sendo percebida em meio a pesquisas, publicações de livros e periódicos acadêmicos. Entre os muitos trabalhos na área, citamos a produção do Mestrado Profissional em Educação Matemática da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGEM/UFJF), do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica da Universidade Federal de Pernambuco (Edumatec/UFPE), bem como os livros *Uma abordagem crítica da Educação Financeira na formação do professor de Matemática* (Baroni, Hartmann, Carvalho, 2021) e *Educação Financeira na escola: teorias e práticas para a Educação Básica* (Mazzi, Lima, Oliveira, no prelo).

Esses e outros trabalhos, que vêm sendo produzidos na área, seguem uma linha em que procuram se afastar da perspectiva mercadológica e mecanicista, e buscam uma abordagem crítica e/ou reflexiva da Educação Financeira, contemplando aspectos de natureza sociopolítica. Essa produção sinaliza também um movimento de apropriação da Educação Financeira pelos educadores e expõe a preocupação com o que vem sendo praticado em sala de aula. Vale pontuar que os estudos desenvolvidos por Souza (2015) e por Silva e Powell (2013) estão entre os primeiros trabalhos a demonstrarem uma preocupação com a construção de uma Educação Financeira Escolar.

Para tentarmos vislumbrar um futuro para o ensino da Educação Financeira, é preciso nos voltarmos para algumas questões do presente. Estamos em um momento crucial da nossa história, no qual está sob apreciação a possibilidade de inclusão do Antropoceno como uma nova Época na escala de tempo geológico, em função das profundas transformações ocorridas no funcionamento do nosso planeta.

Tais transformações no ambiente impactam a vida das pessoas de diferentes formas. Enquanto uma pequena parcela da população vive confortavelmente e tem acesso irrestrito a recursos naturais, serviços e bens de consumo, uma grande parcela tenta empenhar seu tempo, sua capacidade cognitiva e sua força de trabalho para lutar diariamente pelo direito à sobrevivência. Em relação ao acesso a essas oportunidades, tudo também pode variar de acordo com a classe social, a raça e o gênero de um indivíduo.

Desse modo, o Antropoceno se nos apresenta com múltiplas faces (Lima, 2021) e concordamos que, diante dele, métodos e técnicas de organização financeira pessoal sejam necessários em muitos momentos. No entanto, um corpo de regras difundido como se fossem práticas e soluções infalíveis para lidar com o sistema predatório no qual

vivemos, como se todos gozásssemos das mesmas condições e privilégios, não é a melhor bagagem de recursos e conceitos que poderíamos adotar em salas de aula de diferentes contextos. Como indicou Saraiva (2017), uma noção mais ampla do sistema econômico no qual estamos inseridos faz-se necessária, bem como das finanças, dos seus efeitos sociais e das consequências das nossas ações coletivas.

Em um movimento de resistência, diante das orientações colocadas pela OCDE, precisamos concentrar nossas pesquisas, inicialmente, em dois pontos. Primeiro, na formação de professores. E segundo, estimulando algo que já vem sendo feito, devemos insistir na construção e disseminação de uma Educação Financeira de cunho sociopolítico. Talvez o mínimo seja ajudar os docentes e estudantes a compreenderem que há questões que são de responsabilidade pessoal, as quais diferem largamente de questões estruturais - aquelas que fogem ao nosso controle individual e exigem ações coletivas, como desemprego, questões salariais, crises climáticas e sanitárias etc. E que estas, interferem naquelas, muitas vezes, sem nos deixar saída ou qualquer alternativa.

Dependendo do tipo de ensino de Educação Financeira que estivermos promovendo, poderemos contribuir para aumentar a capilaridade do capitalismo e da ideologia neoliberal, compactuando com a preservação e a ampliação territorial desse sistema no Antropoceno. Ao trabalharmos consumo, produtos financeiros e investimentos, por exemplo, sem uma demanda ética e/ou crítica, poderemos ingenuamente favorecer o consumismo e fortalecer a hegemonia das pessoas jurídicas, seus negócios e seus interesses.

Nesse contexto *Antropocênico/Capitalocênico*, precisamos permanecer nos questionando: por que vias o ensino de Educação Financeira deverá ir? Um dos caminhos seria nos mantermos em uma via mercadológica, compactuando com as orientações da OCDE. Poderíamos também, restringir a Educação Financeira à Matemática Financeira, contribuindo para a formação de *empresários de si mesmos* e investidores técnicos e competentes. Contudo, se o que buscamos é a construção de uma *Educação Financeira de cidadãos*, como sugere Saraiva (2017), precisamos assumir o protagonismo e continuar trabalhando pela promoção da reapropriação pelo campo educacional, tendo em vista o enfrentamento dos desafios presentes e dos que estão por vir. Caso queiramos continuar seguindo além, na direção da estruturação de uma Educação Financeira de características sociopolíticas, não basta reconfigurar, é preciso transgredir as orientações

oficiais e considerarmos as interseções entre classe, raça, gênero e as múltiplas faces da sociedade contemporânea, ou seja, os diferentes contextos que temos no Antropoceno.

TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Neste estudo destacamos, inicialmente, a origem da Educação Financeira, sendo oportuno salientar que os estudos conduzidos pela OCDE nos ajudam a perceber que a Educação Financeira não surgiu tão de repente e que não foi de uma hora para outra que ela começou a receber atenção dos governos. Fomentada em diversos países, a Educação Financeira orientada pela OCDE, inspirou a estratégia nacional brasileira e culminou na obrigatoriedade de abordagem do tema nas escolas, com sua inserção no texto da BNCC. Passados treze anos do lançamento da Enef no Brasil, temos hoje uma variedade de ideias sobre o que vem a ser Educação Financeira. Dessa multiplicidade de ideias, três se sobressaem e são abordadas neste trabalho: a mercadológica, a matemática e a sociopolítica.

A descrição dessa trajetória demonstrou a conformação de uma ação que tende a nos orientar para a responsabilização individual, tanto no equilíbrio das nossas finanças quanto na solidez do sistema financeiro. A Educação Financeira, ao instrumentalizar o indivíduo, fragiliza sua força política e coloca sobre seus ombros a responsabilidade pelo êxito ou pelo fracasso econômico do país, bem como pelo equilíbrio de suas próprias finanças.

Ao seguir as orientações da OCDE, a Enef transfere essa responsabilidade também aos professores, não mediante formação, mas por intermédio de treinamento e/ou materiais instrucionais. Sem formação, ensinar Educação Financeira nas escolas deixa de ser uma ação pedagógica e profissional, a princípio, e converte o professor em um mero multiplicador (ou em um *coach*) de regras universais e orientações pré-determinadas, desprovidas de reflexão ou esforço crítico.

Como a Matemática, podemos também assumir que a Educação Financeira é culturalmente definida e influenciada por diferenças individuais e sociais. Contudo, diferentemente da Matemática estabelecida, que deve ser desafiada, tanto epistemologicamente quanto filosófica e pedagogicamente, a apropriação da Educação Financeira precisa residir na transgressão das orientações da OCDE e da Enef (Lima; Bolite-Frant, 2020). Não é apenas transformar, mas ultrapassar, questionando o que vem

sendo apresentado, uma vez que tais orientações estão longe de contemplar, sob a perspectiva da equidade, as diversas camadas da população que estão do lado mais desfavorecido do abismo social.

No contexto do Antropoceno, uma Educação Financeira orientada para um amplo entendimento da economia e das finanças, poderia, por exemplo, contribuir para que os indivíduos pudessem compreender sua capacidade de resistência e mobilização na busca por alternativas ao neoliberalismo, que enfraquece o Estado a ponto de ele não conseguir socorrer seus cidadãos em tempos emergenciais, mas que, por via de regra, costuma socorrer instituições bancárias e grandes empreendimentos.

Para continuarmos a estruturar uma Educação Financeira com características sociopolíticas, não podemos perder de vista que vivemos o agravamento de uma crise climática em um planeta arrasado pela poluição, pelo desmatamento e pelo extrativismo predatório decorrentes da busca desenfreada pelo lucro. Tudo isso, enquanto a maioria da população mundial experimenta algum grau de escassez e insegurança alimentar, bem como acesso restrito a bens e serviços essenciais.

Na sociedade capitalista, ser mulher, homem, jovem, idoso, negro, indígena, branco, patrão ou empregado faz muita diferença na luta pela sobrevivência. E ainda assim, como vimos neste estudo, são as mulheres assistidas pelo Programa Bolsa Família, as mulheres oriundas de grupos marginalizados e outros grupos em similar condição de vulnerabilidade, que estão no foco das ações de Educação Financeira da Enef e da OCDE. Evidencia-se, desse modo, o grande interesse do sistema capitalista em espoliar os vulnerabilizados, almejando, inclusive, o controle sobre o pouco a que eles têm acesso.

A Educação Financeira como vem sendo apresentada, em seu estágio atual, revestida como solução para todos os problemas financeiros, é um tipo de conhecimento que contribui, sobremaneira, para responsabilizar individualmente o cidadão, diante de desafios coletivos, pelos males do mundo que o afetam. Estes males nos ajudaram a chegar ao Antropoceno e não são causados pelo acaso ou por toda a humanidade, mas produzidos por decisões de um reduzido grupo de privilegiados políticos e econômicos. Agentes que geram crises humanitárias, sanitárias e ecológicas que podem convergir para catástrofes e pandemias que, desafortunadamente, nos atingem a todos.

Podemos compactuar com esse tipo de proposta de Educação Financeira?

REFERÊNCIAS

BARONI, A. K. C.; HARTMANN, A. L. B.; CARVALHO, C. C. S. (Orgs.) **Uma abordagem crítica da Educação Financeira na formação do professor de Matemática**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2021.

BORBA, M.C.; SKOVSMOSE, O. A ideologia da certeza em educação matemática. In: **Educação Matemática Crítica: a questão da democracia**. Tradução: Jussara de Loiola Araújo. Campinas: Papirus, 2008.

BRASIL. **Brasil: Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Brasília, 2010a. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/estrategia_nacional_educacao_financeira_enef.pdf.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto-lei nº 7.397**, de 22 de dezembro de 2010b. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Plano Diretor. Brasília, 2010c. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/docs/PlanoDiretorENEF.pdf>.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Plano Diretor/Anexos. Brasília, 2010d. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/docs/PlanoDiretorENEF1.pdf>.

BRITTO, R.R. **Educação Financeira: Uma Pesquisa Documental Crítica**. Dissertação de Mestrado Profissional em Educação Matemática. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2012.

CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E. F. The Anthropocene. **Global Change Newsletter**, v. 41, p. 17-18, março 2000.

COUGO, R.H.F.A. e TFOUNI, L.V. A constituição do sujeito na pós-modernidade e o consumismo. **Revista Mal Estar e Subjetividade**. Fortaleza, Vol. XI - Nº 3, set.2011, p.1159-1185.

FANTÁSTICO. Esquema de Sheik dos Bitcoins lembra golpe de Glaydson Acácio dos Santos, o Faraó dos Bitcoins. **G1**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/10/18/esquema-de-sheik-dos-bitcoins-lembra-golpe-de-glaydson-acacio-dos-santos-o-farao-dos-bitcoins-entenda.ghml>. Acesso: 22 out.22.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, A. S. Educação Financeira no Antropoceno. **EM TEIA - Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, v.12, n. 2, 2021.

LIMA, A.S. **Educação Financeira no Ensino Fundamental: um bom negócio**. Dissertação de Mestrado. Colégio Pedro II, Campus São Cristóvão - RJ, 2016.

LIMA, A. S.; BOLITE-FRANT, J. Literacia Financeira no PISA: uma estratégia neoliberal em larga escala. In: **Anais IX SPEM**, Ed. Virtual, Rio de Janeiro: SBEM-RJ, 2020, p. 1-14. Disponível em: <http://eventos.sbem.com.br/index.php/spem-rj/ix-spem-rj/paper/viewFile/1455/1188>. Acesso: 13 out. 22.

MAZZI, L. C.; LIMA, A. S.; OLIVEIRA, V. **Educação financeira na escola: teorias e práticas para a Educação Básica**. No prelo. Paraná: Editora UFPR.

MELO, D. P.; VIEIRA, G. S.; AZEVEDO, S. S.; PESSOA, C.A.S. Diálogos entre a Educação Financeira escolar e as diferentes áreas do conhecimento na BNCC do Ensino Fundamental. **EM TEIA** – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana, v. 12, p. 1-27, 2021.

MORI, M. Financial Education: challenges and opportunities. **International Symposium on Education and Humanities Sciences (ISEHS)**. DEStech Transactions on Social Science, Education and Human Science, 2019.

MUNDY, S. **Financial Education Programmes in school**: Analysis of selected current programmes and literature draft Recommendations for best practices. OCDE journal: General papers, volume 2008/3. OCDE, 2008.

OECD/INFE. **Guidelines on Financial Education at School and Guidance on Learning Framework**. OECD, 2011. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/2012%20Schools%20Guidelines.pdf>. Acesso em 05 set. de 2019.

OECD. *Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies*. OECD, 2005a. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/finance-and-investment/improving-financial-literacy_fmt-v2005-art11-en. Acesso em 05 set. 2019.

OECD. *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*. Directorate for Financial and Enterprise Affairs. Jul. 2005b. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/35108560.pdf>. Acesso em 05 set. 2019.

SARAIVA, K. Os sujeitos endividados e a Educação Financeira. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 33, n. 66, p. 157-173, out./dez. 2017.

SILVA, A. M.; POWELL, A. Educação Financeira na Escola: a perspectiva da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Boletim GEPEM**, [S. l.], n. 66, p. 3–19, 2015. DOI: 10.4322/gepem.2015.024. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/gepem/article/view/44>. Acesso em: 16 maio. 2022.

SILVA, A. M.; POWELL, A. B. Um programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica. In: Encontro Nacional de Educação Matemática, 11. 2013, Curitiba. **Anais XI ENEM**. Disponível em: http://sbem.iuri0094.hospedagemdesites.ws/anais/XIENEM/pdf/2675_2166_ID.pdf. Acesso em: 16 mar. 2022.

SOUZA, A. S. **Design e desenvolvimento de um curso de formação continuada para professores em Educação Financeira Escolar**. Dissertação de Mestrado Profissional em Educação Matemática. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2342>. Acesso: 27 ago.21.

TORRES, L. Empresário Patrick Abrahão é preso no Rio em operação contra esquema de pirâmide que deu R\$ 4 bilhões de prejuízo. **G1**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/10/19/pf-e-receita-fazem-operacao-no-rj.ghtml>. Acesso: 22 out.22.

UN. **Transforming our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development**, Resolution 70/1 adopted by the General Assembly. New York, NY: UN, September 25, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso: 31jan.2020.

Submetido em 31/01/2025.

Aprovado em 25/04/2025.

Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

